

Hélio de Vasconcelos Lemos

Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE  
heliovlamos@gmail.com

Paulo de Jesus

Professor Titular da UFRPE  
paulodej@terra.com.br

---

# Desenvolvimento industrial e conflitos de terra: desafios do desenvolvimento local frente à questão fundiária entre a comunidade de Massangana e o Complexo Industrial de Suape-PE

## Resumo

O presente artigo buscou minimizar a escassez de análises em torno do impacto de um grande programa industrial – o Complexo Industrial de Suape – sobre os territórios que o circundam e teve como objetivo geral analisar as influências do referido complexo industrial sobre o cotidiano da comunidade de Massangana no Município do Cabo de Santo Agostinho-PE. Para isso, foram tomados, como categoria de análise, o cotidiano desta população, e, como método investigativo, a história de vida dos entrevistados para a compreensão dos acontecimentos locais. O artigo foi produzido no contexto de conclusão do Curso de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Entre os resultados da pesquisa é possível afirmar que a maioria dos trabalhadores de Massangana tem optado por não seguir a tradição do trabalho agrícola local de outrora, em função da incerteza quanto à posse de suas terras devido ao conflito fundiário existente entre estes e o Complexo Industrial de Suape. Ao final deste estudo, foi constatado que a dificuldade de trabalhar a terra, associada à falta de utilização da mão de obra desta população pelo complexo industrial, impede de forma considerável a concretização do desenvolvimento local em Massangana.

**Palavras-chave:** Massangana, Complexo Industrial de Suape, Conflitos de terras, Desenvolvimento local.

## **Abstract**

INDUSTRIAL DEVELOPMENT AND LAND CONFLICTS: LOCAL DEVELOPMENT CHALLENGES FACING LAND QUESTIONS BETWEEN MASSANGANA COMMUNITY AND INDUSTRIAL COMPLEX OF SUAPE – PE

The study aims to analyze how the Industrial Complex in Suape influences the Massangana Community's way of life and their occupational and professional opportunities in Cabo de Santo Agostinho-PE, in a local development perspective. Taking daily life as one of the categories of analysis, the research tried to understand, by the method of history, how this industrial complex has influenced the Massangana population to abandon the old agricultural practices, to look for professional qualification, as well as creating new employment strategies and income, that added to the public policy of industrial development, will enable the Local Development. This research showed that the uncertainty about land tenure, associated with lack of investment in the creation of human capital to enable the exploitation of local workers by the Industrial Complex of Suape, prevents any local development in this community.

**Key-words:** Massangana, Industrial Complex of Suape, Daily Life, Professional requalification, Local Development.

## **1. Introdução**

A implantação do Complexo Industrial de Suape no litoral sul de Pernambuco tem contribuído consideravelmente para o desenvolvimento econômico deste Estado. Os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca integram a Região Metropolitana do Recife e sediam este complexo industrial em seus territórios. Atualmente, são muitas as obras de estruturação existentes nestes municípios, fato que os tem transformado em polos de geração de empregos, atraindo trabalhadores de diversos estados brasileiros e até mesmo do exterior.

Localizada no Município do Cabo de Santo Agostinho, Massangana é classificada, tanto pela prefeitura quanto pelo Complexo Industrial de Suape em seu Plano Diretor, como uma comunidade, e tem sua origem a partir do Engenho Massangana, que pertenceu à família do ilustre político pernambucano Joaquim Nabuco. No século XVI, durante o apogeu da produção açucareira, apresentava este engenho um importante papel para a economia como um dos grandes produtores de cana de açúcar de Pernambuco.

Nos tempos atuais, o Engenho Massangana, tombado em 1984 como Monumento Histórico de Pernambuco, convive com a presença da comunidade de Massangana situada onde outrora eram terras pertencentes ao antigo engenho. No entanto, os moradores ressentem-se da baixa qualidade de vida devido à deficiência de uma série de serviços fundamentais como, por exemplo, saneamento básico, pavimentação, saúde, educação, lazer, segurança e transporte. O ressentimento quanto à baixa qualidade de vida associado a alguns fatores que favorecem a permanência de sua população como, por exemplo, o reconhecimento da importância histórica do lugar, demonstra que a mesma apresenta um sentimento que mistura preocupação e pertencimento, algo fundamental para a existência do que se entende como comunidade; esta pode ser definida como um grupo de pessoas estabelecidas em um determinado lugar e que mantêm vínculos entre si, de parentesco, amizade ou mesmo de trabalho, e que compartilham o desejo de melhoria deste ambiente. A este respeito, Bauman (2003, p.8) afirma que em uma comunidade:

Nunca somos estranhos entre nós. Podemos discutir — mas são discussões amigáveis, pois todos estamos tentando tornar nosso estar juntos ainda melhor e mais agradável do que até aqui e, embora levados pela mesma vontade de melhorar nossa vida em comum, podemos discordar sobre como fazê-lo. Mas nunca desejamos má sorte uns aos outros, e podemos estar certos de que os outros à nossa volta nos querem bem.

Ainda assim, em meio a tantas dificuldades, Massangana vem sendo bastante procurada por novos moradores e também pelos trabalhadores das indústrias, devido a sua proximidade ao Complexo Industrial de Suape, fato este que aumentou o movimento de pessoas, o tráfego de veículos e, também, as oportunidades de negócios no lugar.

As obras de estruturação física proporcionadas pelos governos do Estado e do Município, e pelas próprias empresas que fazem parte do complexo industrial, ainda estão promovendo alterações no entorno, que têm impactado, além do espaço físico, as características socioculturais dos moradores. Desta forma, percebe-se, entre os vários desafios, para que de fato ocorra o desenvolvimento local em Massangana, a necessidade de implementação de melhores condições de acesso a bens e serviços coletivos, sem abrir mão, no entanto, da manutenção da identidade cultural da comunidade.

Assim, encontra-se Massangana inserida em um dilema, pois está situada em uma área rural que exige profunda mudança devido à instalação e à consolidação do polo industrial. Isto faz com que a sua população tenha que se adequar aos novos rumos impostos pela industrialização, ao mesmo tempo em que parte dos trabalhadores nativos abandona certos costumes que foram herdados ao longo dos anos dos antigos moradores do lugar como, por exemplo, a agricultura.

Esta situação sugere a seguinte indagação: Quais as influências do Complexo Industrial de Suape sobre o cotidiano da comunidade de Massangana no Município do Cabo de Santo Agostinho-PE, particularmente sobre a estrutura de ocupação e produção de sua população? Esta parece uma questão ainda não estudada.

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar de que forma o Complexo Industrial de Suape influencia o modo de vida e as perspectivas ocupacionais/profissionais dos moradores e trabalhadores rurais da comunidade de Massangana.

Para isso, buscou-se especificamente:

- a) Analisar o cotidiano desta comunidade, inclusive suas práticas produtivas, desde a implantação do Porto de Suape em 1978 até o desenvolvimento do complexo industrial nos dias atuais.
- b) Compreender a negociação das terras de Massangana realizada entre o Complexo Industrial de Suape, a Cooperativa Agrícola de Tiriri Ltda. e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O desenvolvimento desta pesquisa tornou-se pertinente ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, por buscar compreender os processos que ocasionaram uma série de mudanças na comunidade de Massangana, oriundas das ações desenvolvidas pelo complexo industrial, acima citado, que refletiram, desde sua implantação, sobre os moradores da referida área, verificando-se, assim, as chances de ocorrer uma possibilidade de desenvolvimento local resultante desta interação, contemplando a linha de pesquisa Extensão Rural para o Desenvolvimento Local deste programa de mestrado.

## 2. Sobre a pesquisa

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa exploratória (GIL, 2010), que contemplou aspectos relacionados com industrialização, requalificação profissional e desenvolvimento local, tendo como pano de fundo o próprio cotidiano desta comunidade. Além de ter atuado como Professor da Educação Básica em Massangana no período de 2010 a 2012, o pesquisador desenvolveu, entre julho e setembro de 2014, um estudo de campo no referido lugar, incluindo aí os procedimentos técnicos de história de vida e pesquisa documental (CAJUEIRO, 2012).

Tal trabalho de campo contemplou certo número de visitas/contatos *in loco* no intuito de coletar materiais como fotografias e depoimentos da população local. Também foram realizadas entrevistas não estruturadas para que os sujeitos entrevistados se sentissem à vontade para contar suas histórias da forma que melhor achassem. Ao todo, foram oito pessoas entrevistadas, três das quais com idade entre 17 e 32 anos, três com idade entre 40 e 46 anos e duas com idade entre 68 e 76 anos, compreendendo, nesta amostra, estudantes, professores, agricultores, proprietário de restaurante e aposentados.

Com o registro da história de vida dos sujeitos entrevistados foi possível descobrir como os mesmos viviam antes da implantação do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – Suape e como vivem atualmente. Sobre o método “história de vida”, Laville e Dionne (1999) afirmam que este procedimento possibilita a participação dos indivíduos no processo de construção de sua sociedade, inserindo-os na história ao mesmo tempo em que agem e sofrem influências desta mesma sociedade.

É importante salientar que o método história de vida privilegia a forma de pesquisa qualitativa que, na opinião de Cajueiro (2012, p.23), “difere basicamente da pesquisa quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos. Nela se prioriza as percepções de atitude e aspectos subjetivos dos objetos de pesquisa interagindo em seu grupo”.

### 3. Desenvolvimento local versus conflitos de terra

Ao se estudar o desenvolvimento local em Massangana buscava-se num primeiro momento identificar os impactos ambientais promovidos pela construção do complexo industrial e como estes poderiam estar influenciando o cotidiano dos moradores deste lugar, proporcionando ou não o seu desenvolvimento.

Mas, afinal de contas, o que vem a ser o desenvolvimento local? São muitas as interpretações e definições para este termo. Amaro (2009, p. 108) define desenvolvimento local como a promoção da melhoria do modo de vida dos habitantes de uma determinada comunidade, através do protagonismo dos mesmos, uma vez que estejam capacitados para responder e solucionar os problemas presentes no local. Já para Franco (2000, p. 31):

O desenvolvimento local é um modo de promover o desenvolvimento que leva em conta o papel de todos esses fatores [econômicos, físicos e humanos] para tornar dinâmicas potencialidades que podem ser identificadas quando olhamos para uma unidade socioterritorial delimitada.

É importante observar que as mais variadas definições para desenvolvimento local possuem em comum a preocupação em destacar a necessidade da participação dos habitantes de um lugar nesse possível processo de mudança. A esse respeito, afirma De Jesus (2006, p. 26-27) que uma experiência de desenvolvimento local é observada, quando as pessoas pertencentes ao local se apropriam dos recursos existentes no mesmo, bem como, dos seus valores, convergindo tais capacidades para a superação das dificuldades do lugar.

No entanto, durante as entrevistas com os sujeitos da pesquisa, a preocupação com os impactos ambientais cederam lugar às reclamações de não mais poder praticar agricultura, construir ou mesmo ampliar casas, evidenciando uma questão que chamou atenção: a negociação das terras dos engenhos dessa região, adquiridas pela Cooperativa Agrícola de Tiriri Ltda. junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a Empresa Suape – Complexo Industrial Portuário. Entre as terras negociadas, encontram-se as de Massangana, fato este que levou o pesquisador à busca de documentos sobre esta negociação para serem analisados.

Desta forma, o principal achado deste trabalho configura-se como um conflito de terras entre os moradores de Massangana no Município do Cabo de Santo Agostinho e o Complexo Industrial de Suape devido a uma negociação no mínimo sem transparência entre o complexo industrial e a Cooperativa Agrícola de Tiriri Ltda.

Assim como em outras comunidades de engenhos do município acima citado, a população de Massangana tinha na agricultura, na pesca e na criação de pequenos animais a base de sustentação econômica de suas famílias. Famílias estas que trabalhavam nas propriedades dos usineiros da região tendo seus baixos salários como principal tipo de benefício, pois a falta de distribuição de terras para os pequenos agricultores, herança do sistema colonial brasileiro, sempre favoreceu a elite dominante que procurou modernizar e estimular a produção agrícola para a exportação em detrimento da agricultura familiar que ainda hoje é deixada em segundo plano (WANDERLEY, 1995).

Sobre a modernização da produção agrícola brasileira, Prado Júnior (2000) comenta que este fato ocorreu sem que houvesse uma evolução nas condições de trabalho e vida do trabalhador rural. Ao contrário, o autor afirma, por exemplo, que na zona canavieira do Nordeste a necessidade de aumentar o plantio da cana de açúcar fez com que muitos trabalhadores perdessem a permissão para cultivar a terra (ainda que por meio de cessão) e extrair da mesma sua subsistência. Em consequência disto, passaram a comprar seus alimentos diretamente no comércio a preços elevados que, mesmo com o aumento do salário como contrapartida para as terras retiradas pelos latifundiários, não representava um negócio favorável.

Apesar dos pagamentos de salários superarem os casos de cessão de terras para a subsistência dos trabalhadores, observa-se que a qualidade de vida era algo bem distante destas famílias, pois, como se sabe, a situação de penúria dos trabalhadores rurais quase sempre era utilizada como argumento para os plantadores proprietários pleitearem mais recursos financeiros do Estado (DABAT, 2007, p. 87).

Observa-se, a seguir, os fatos que configuram a construção do conflito presente hoje em Massangana:

Em 1963, no contexto de várias revoltas no campo eclodindo por todo o Brasil, foi fundada no Município do Cabo de Santo Agostinho, à época

denominado simplesmente Cabo, a Cooperativa Agrícola de Tiriri Ltda., que, com apoio do INCRA, arrendou e até mesmo adquiriu terras de vários engenhos com o intuito de repartir, entre seus associados, glebas para o cultivo e criação de pequenos animais (COOPERATIVA AGRÍCOLA DE TIRIRI LTDA., 1963).

Sobre a cooperativa, vale a pena salientar que esta representava uma alternativa ao movimento das Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião, que, de acordo com Oliveira (1999), teve origem em 1954 com o objetivo de lutar contra o aumento do valor das terras arrendadas no Engenho da Galiléia, no Município de Vitória de Santo Antão, a 60 km de Recife. O ideal revolucionário que norteava as Ligas Camponesas incomodava setores conservadores da sociedade e até da própria Igreja Católica, daí a participação de representantes da igreja, como o Padre Melo, um dos padres escolhidos pelo arcebispo de Olinda e Recife, Dom Carlos Coelho, na década de 1960, para atuar na organização dos trabalhadores do campo. Estes religiosos atuavam na formação de cooperativas e sindicatos que mantivessem os trabalhadores agrícolas afastados das manifestações pela posse de terras em troca de alguns direitos adquiridos sobre os latifundiários (FREITAS, 2005).

Dez anos depois da fundação da cooperativa (1973), o INCRA cede à mesma, pelo prazo de dois anos, as áreas desapropriadas dos Engenhos Algoduais, Serraria, Jasmim, Tiriri e Massangana e deixa claro, no Termo de Convênio entre as duas partes, que, havendo o cumprimento das normas e instruções do INCRA quanto ao aproveitamento racional das terras, o mesmo poderia transferir para a Cooperativa ou para os seus parceiros assentados o domínio das terras (TERMO DE CONVÊNIO, 1973).

A respeito desse arrendamento, o geógrafo Manuel Correia de Andrade se referiu ao mesmo como uma experiência exitosa que poderia ser seguida no caso de ser realizada a tão discutida reforma agrária:

Nas áreas de dominação da grande lavoura, este tipo poderia subsistir, quer sob a forma de propriedades individuais, quer sob a forma de propriedades cooperativas, nas quais os associados poderiam ter porções individualizadas de terras ou explorá-las em comum. Em Pernambuco, com o apoio da SUDENE, vêm se fazendo experiências neste sentido, desde a década passada, com a cooperativa de Tiriri [...] (ANDRADE, 1981, p. 32).



Continuando os fatos que configuram o conflito:

Em 1980, a Cooperativa Agrícola de Tiriri Ltda., a esta altura atual proprietária das terras dos engenhos Algodois, Serraria, Jasmim, Tiriri e Massangana, que haviam sido desapropriadas pelo INCRA, vende todas estas propriedades para a Empresa Suape – Complexo Industrial Portuário (ESCRITURA PÚBLICA, 1980).

Desta forma, percebe-se que o cotidiano dos moradores de Massangana, ao menos no universo temporal do Século XIX ao final do Século XX, sempre esteve marcado pelas questões agrícolas, pois se encontravam inseridos em uma área onde predominava o cultivo da cana de açúcar e na qual, graças à cooperativa, a relação com a terra passaria a ser diferente, uma vez que estes enxergavam no acordo que estava sendo firmado com o INCRA a possibilidade de aquisição futura das terras em questão.

No entanto, as questões referentes à posse de terra não estariam encerradas, pois o que antes se limitava às velhas disputas contra latifundiários monocultores, agora ganhava outra conotação ao terem que se confrontar com os interesses do Estado, que desejava aquelas terras para a implantação de um complexo industrial portuário.

Sendo o complexo industrial a materialização das empresas transnacionais, observa-se que exerce um enorme fascínio sobre o poder público local, visto que representa o avanço da economia capitalista e serve como uma vitrine para a política do Estado de Pernambuco, do Município do Cabo de Santo Agostinho e também do Brasil. A consolidação da presença do complexo industrial nestas terras confirma o pensamento de Harvey (1992, p. 265), quando este afirma que “o domínio superior do espaço é uma arma ainda mais poderosa na luta de classes”.

A Empresa Suape – Complexo Industrial Portuário foi criada em 1978, através da Lei Estadual nº 7.763, mas o Porto de Suape já era idealizado desde 1960 e várias ações foram executadas a partir deste ano até a criação desta Empresa, como, por exemplo, a elaboração de um plano diretor em 1973 para a implantação de um complexo industrial. Data de 1977 o início das desapropriações de terras para que fossem iniciadas as obras de infraestrutura portuária, sistema viário interno, abastecimento de água, energia elétrica e telecomunicações (SUAPE, 2014).

Observa-se então uma grande incoerência no que diz respeito ao futuro de Massangana e das outras áreas rurais desta região, uma vez que, no mesmo ano em que o INCRA firmou o Termo de Convênio com a Cooperativa Agrícola de Tiriri Ltda., 1973, para o arrendamento por dois anos das áreas dos engenhos acima citados, também estava sendo elaborado um plano diretor para a criação do futuro Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – Suape. Isto confirma o pensamento de Diaz Bordenave (1994, p. 20) quando este autor afirma que “o subdesenvolvimento de uns é provocado pelo ‘superdesenvolvimento’ de outros. Para que alguns possam acumular vastos patrimônios, outros necessitam ser explorados e sacrificados”.

A venda das terras pela Cooperativa Agrícola de Tiriri Ltda. à Empresa Suape – Complexo Industrial Portuário, sete anos depois de ter o INCRA arrendado para a cooperativa as terras desapropriadas dos engenhos Algoduais, Serraria, Jasmim, Tiriri e Massangana (ESCRITURA PÚBLICA, 1980) vai acarretar, no futuro imediato, consequências muito graves para a população de Massangana (e certamente dos outros engenhos), pois a permanência dos agricultores em suas terras dependia agora do complexo industrial não necessitar das mesmas para dar continuidade ao seu processo de expansão.

Consta na escritura pública de compra e venda entre a Cooperativa Agrícola de Tiriri Ltda. e a Empresa Suape – Complexo Industrial Portuário, especificamente em seu item sete, que a Empresa Suape deverá indenizar os trabalhadores rurais quando estes forem intimados a deixar as terras por necessidade do complexo industrial para sua ampliação. Contudo, o item 15 desta mesma escritura alerta para o fato de que o aumento da plantação de qualquer lavoura, bem como a construção de novas benfeitorias e edificações, realizadas a partir desta data de compra, não serão indenizáveis.

Verifica-se então um grave problema nos dias atuais, pois de 1980 até o presente a população de Massangana tem crescido consideravelmente, seja em função da reprodução da própria força de trabalho local, seja pela chegada de migrantes atraídos pelo complexo industrial. Na verdade, antes mesmo da chegada dos trabalhadores de outras cidades e estados do país ao Complexo Industrial de Suape, as famílias locais já estavam apresentando um crescimento no tocante a seus integrantes e, desta maneira, muitas

reformas ou mesmo novas construções foram feitas nesta localidade, contribuindo assim para aumentar as divergências e os conflitos entre a Empresa Suape e os moradores, pois a primeira não tem intenção de pagar mais caro pelas indenizações de terras que tiveram suas extensões ampliadas após o contrato de compra e venda estabelecido junto à cooperativa.

Desta forma, observa-se que o poder econômico das empresas nacionais e transnacionais vem promovendo modificações não apenas no espaço geográfico, mas principalmente no cotidiano das populações, inclusive as rurais. Segundo Moreira (2006, p. 90), “o espaço é a sociedade pelo simples fato de que é a história dos homens produzindo e reproduzindo sua existência por intermédio do processo do trabalho”. E, de acordo com Carlos (2013, p.83), “como os interesses e as necessidades dos indivíduos são contraditórios, a ocupação do espaço não se fará sem contradições e portanto sem luta”. Assim, entende-se que a comunidade de Massangana é autora de sua própria história, visto que produziu, ao longo do tempo, um determinado modo de vida, mas que atualmente precisa se reinventar a fim de se adequar às modificações sofridas pelo espaço geográfico, devido ao avanço industrial nesta região.

A este respeito, torna-se esclarecedor o comentário de um dos entrevistados (76 anos, nascido no Município de Ipojuca, a cerca de 19 quilômetros do Cabo de Santo Agostinho) que chegou a este povoado em 1962, para residir e trabalhar como tratorista “puxando cana” no Engenho Santo Inácio, e recebeu da Cooperativa Agrícola de Tiriri Ltda. 10 hectares de terra em Massangana, quando esta adquiriu junto ao INCRA as terras anteriormente acordadas pelo convênio feito em 1973:

Quando foi no ano 80 chegou Suape. [...] Eu pra fazer essa casa daqui [a casa atual] tive que fazer uma por dentro da outra porque Suape não deixava, não consentia fazer. Aí ficou aqui o abuso de Suape que ninguém podia fazer casa, ninguém podia fazer nada e era derrubando as casas.

Este depoimento aponta para o controle que Suape passou a exercer junto aos moradores de Massangana, modificando consideravelmente o senso de pertencimento dos habitantes deste lugar, pois, atualmente, paira sobre eles a desconfiança de que a qualquer momento podem ser surpreendidos com uma notificação para a desocupação das terras que ainda julgam serem suas. Assim, observa-se que, para a maioria da população, não ficou

clara a negociação das terras entre a Cooperativa Agrícola de Tiriri Ltda. e a Empresa Suape – Complexo Industrial Portuário. Alguns entrevistados evidenciaram tal situação quando afirmavam, na maioria das vezes sem nenhum tipo de embasamento jurídico, que Suape não poderia agir desta maneira; que não tinha o direito de proibir qualquer tipo de construção ou reforma em suas propriedades. A esse respeito uma entrevistada (44 anos, nascida em Massangana) fez o seguinte comentário:

Eu acho que seria uma forma de respeitar a comunidade dizer assim – olha vamos fazer uma reunião com a comunidade. – Olha, vamos juntar aqui na escola. A partir de hoje ninguém vai construir por isso, por isso e por isso. Para construir precisa disso, disso e disso. Acho que é até uma forma de sentar e esclarecer. Seria uma forma deles também respeitarem a comunidade. A comunidade que de certa forma foi invadida, foi prejudicada, então eles precisam valorizar mais isto.

Desta forma, percebe-se que os moradores anseiam por algum tipo de retratação de Suape, pois acreditam que o complexo industrial tirou deles os bens mais importantes: a terra e a tranquilidade. Ainda sobre a questão de moradia, outro entrevistado (68 anos, nascido em Ipojuca), que reside há 29 anos em Massangana e atualmente divide o seu tempo entre ajudar a irmã que é proprietária de um restaurante na comunidade e o trabalho no roçado de macaxeira de sua propriedade, afirmou:

Gosto de morar aqui porque é um lugar em que se tem muita liberdade e essa liberdade não é maior por causa da presença e proibições de Suape. A população não vive em paz, devido à fiscalização do Porto de Suape que impede qualquer tipo de construção ou reformas na comunidade.

Mais uma vez, nota-se que a principal mudança no lugar parece dizer respeito ao dia a dia da população, pois se antes de Suape era possível se preocupar apenas em obter o sustento da família com a ajuda da própria natureza, hoje é preciso conviver com a insegurança referente às questões de propriedade das terras. Em outros depoimentos, lembranças do passado são evocadas, contrastando com a atual presença ameaçadora do complexo industrial:

Cresci em um ambiente natural, típico das áreas rurais com muito verde, rio com águas limpas e presença dos canais.

Meu pai possuía terras onde hoje se encontra a Refinaria Abreu e Lima. Vivíamos da agricultura da cana, da mandioca entre outras. Naquele tempo a agricultura

era uma atividade rentável para os moradores locais porque era realizada em uma área de assentamento com a autorização do INCRA.

Perdi meu pai com 12 anos e fiquei com minha mãe e quatro irmãos. Ela trabalhava pescando e plantando cana para garantir o sustento da família. Assim como minha mãe, muitas pessoas de Massangana não possuíam emprego chegando mesmo a viver da pesca, dos roçados e da venda de frutas na beira da estrada.

Ou seja, Massangana está presente na memória de seus habitantes como um lugar onde havia uma grande integração entre a comunidade e a natureza, sendo esta a grande provedora do sustento da maioria dos nativos.

Deste modo, pode-se afirmar que Massangana apresenta, atualmente, uma nova função em relação a seu passado agrícola, uma vez que a incerteza quanto à posse das terras pelos seus moradores tem feito inclusive com que alguns deles deixem para trás as atividades agrárias para enveredar por outras profissões ligadas ao Complexo Industrial de Suape. Além do desconforto, para não dizer sofrimento para a população primitivamente habitante de Massangana, parece importante destacar as duvidosas transações entre a Cooperativa Agrícola de Tiriri Ltda. e o Complexo Industrial de Suape, causando violência aos associados da referida cooperativa, no mínimo por não esclarecer a eles as consequências destas transações para seu cotidiano, para as suas vidas.

Curiosamente, apesar de tamanho rigor, um projeto de estruturação física para a comunidade de Massangana está sendo patrocinado por Suape. Neste projeto estão previstas obras de pavimentação, drenagem, contenção de encostas e esgotamento sanitário. Após a execução das mesmas deverá a Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho se responsabilizar pela manutenção dos equipamentos e serviços. Sobre estas obras, afirmou um dos entrevistados que não concorda com o que tem sido proposto por acreditar que o complexo industrial esconde o seu principal propósito: o de remover grande parte da população para outras áreas.

A esse respeito, o jornal Folha de Pernambuco (NOTARO, 2015) noticiou que as famílias que já haviam sido indenizadas entre fevereiro de 2007 e fevereiro de 2013 e que possuam renda inferior a R\$ 1.600,00 por mês podem ser beneficiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida; que a primeira chamada contemplará 316 famílias com um imóvel no Conjunto Habitacional Nova Vila Claudete, confirmando, assim, a desconfiança

do entrevistado acima mencionado. A matéria afirma, também, que os moradores que já foram cadastrados deverão esperar o chamado da Caixa Econômica Federal para saber da possibilidade de conseguir um financiamento para estas casas do Projeto Habitacional Suape.

Verifica-se, então, que a população de Massangana, bem como a dos engenhos vizinhos, está sendo levada a se conformar com a perda de suas terras e tentar agora a chance de financiar um imóvel, quando há 35 anos os mesmos eram proprietários destas terras, devido ao arrendamento feito pelo INCRA (1973) e sua venda posterior para a Cooperativa Agrícola de Tiriri Ltda. (1980).

Desta forma, estender o olhar sobre esta relação corresponde a mais uma chance de poder compreender as razões que insistem em permanecer atrasando a questão agrária brasileira e isso não pode ser considerado uma perda de tempo, pois, como afirma Veyne (2008, p.21), “a melhor definição da história não é a de que ela tem por objeto o que jamais é visto duas vezes”.

Nesse contexto, expectativas de Desenvolvimento Local se anulam ou mesmo desaparecem, impossibilitadas pela lógica mercantil que preside qualquer empreendimento industrial.

#### **4. Conclusão**

Mediante os aspectos mencionados ao longo desta pesquisa, evidenciou-se que a comunidade de Massangana, localizada no Município do Cabo de Santo Agostinho-PE, tem vivenciado uma série de mudanças no seu dia a dia em função de sua proximidade com o Complexo Industrial de Suape.

A pesquisa em questão possibilitou um maior entendimento sobre as frequentes dificuldades de relacionamento que ocorrem entre os habitantes de um determinado lugar, a iniciativa privada e também o poder público sempre que um grande investimento industrial é anunciado. A ânsia pelo suposto desenvolvimento econômico costuma não levar em consideração os interesses das camadas sociais menos favorecidas e estas geralmente são vistas como um entrave ao avanço empresarial.

A comunidade de Massangana está vivenciando um processo de mudanças imposto pela industrialização instalada em seus arredores e esta

situação vem promovendo, junto a uma parte dos trabalhadores de sua população, uma tendência a abandonar os hábitos agrícolas do passado, buscando novas atividades profissionais bem diferentes das suas características tradicionais.

No entanto, mereceu destaque nesta pesquisa a descoberta de um conflito de terras existente entre a comunidade de Massangana e o Complexo Industrial de Suape. A importância econômica deste complexo para o estado e, por que não dizer, para o país, faz com que este conflito não seja tão noticiado como deveria ser. Se comparado a qualquer outra disputa por posse de terras verificar-se-á que praticamente nada é veiculado a esse respeito. Ao contrário, exalta-se a função do complexo industrial como o maior polo de geração de empregos do estado e um dos maiores do Brasil.

Assim, pode-se afirmar que o estado não vem tratando esta situação com a devida atenção que se espera do poder público, visto ser uma das partes interessadas. Pior que isso, estas desapropriações de terras em nome de um suposto desenvolvimento econômico podem estar sendo repetidas em outras áreas postulantes a este tipo de crescimento, como o Município de Goiana, por exemplo, incluindo, evidentemente, a situação dos outros engenhos em torno de Suape.

Além do mais, é inconcebível a ocorrência de um processo de desenvolvimento local sem que exista o pertencimento de uma população a um determinado lugar. Esta identificação com um espaço próprio, carregado de impressões culturais e historicidade é condição fundamental para que um grupo social queira buscar a sua evolução socioeconômica. No caso de Massangana, percebe-se que esta identificação encontra-se ameaçada pela possibilidade de perda das terras pelos moradores.

É importante destacar também que o Complexo Industrial de Suape realiza uma fiscalização opressora impedindo qualquer tipo de construção ou aumento de plantações por parte dos moradores. Para isso, conta com toda uma estrutura jurídica para legitimar suas atitudes, uma vez que não pretende pagar valores maiores pelas indenizações dos moradores que venham a ser notificados a deixar suas casas.

Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que impede a população local de construir ou aumentar suas propriedades, o complexo industrial iniciou um projeto de infraestrutura dessas comunidades de engenho

denominado Projeto Habitacional Suape. Quando este for concluído, a Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho deverá assumir a manutenção de toda estrutura ofertada. A respeito desse fato cabe uma reflexão sobre o porquê de tanto descaso com a população de Massangana: Por que a prefeitura nunca realizou obras como estas? Será que a prefeitura reconhece o complexo industrial como o verdadeiro dono das terras e que, por isso, não teria obrigações com os moradores?

Finalmente, parece ser necessário amplos investimentos que venham a possibilitar o surgimento de um capital humano nesta comunidade, marcado pelo sentimento de pertencimento ao lugar, mas, para isso, esta população precisa de terra para chamar de sua. Se isso não for feito, muito em breve os trabalhadores agrícolas, que ainda resistem às influências do complexo industrial no seu cotidiano, acabarão se requalificando profissionalmente e, ainda que não sejam absorvidos pelas indústrias dessa região, buscarão novas oportunidades em empresas não instaladas em Suape. Em outras palavras, a questão fundiária entre os moradores e a instituição Suape precisa ser resolvida o quanto antes. Desta forma, enquanto não houver uma parceria que envolva, além do poder público e do setor privado, a população de Massangana, com todos os seus direitos respeitados, não será possível presenciar o que se entende por desenvolvimento local.

## Referências

AMARO, R.R. Desenvolvimento Local. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. (Org.). Pedro Espanha... [et al.]. Disponível em: <<http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste**: a reforma agrária ainda é necessária? Recife: Guararapes, 1981.

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para a elaboração de trabalhos acadêmicos**: guia prático do estudante. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.



CARLOS, Ana Fani A. **A geografia na sala de aula**. 9. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

COOPERATIVA AGRÍCOLA DE TIRIRI LTDA. **Ata da Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa Agrícola de Tiriri Ltda**. Cabo: Pernambuco, 1963.

DABAT, C. Rufino. **Moradores de engenho**: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

DE JESUS, Paulo. Sobre desenvolvimento local e sustentável: algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa. In: MACIEL FILHO, Adalberto do Rego; PEDROSA, Ivo Vasconcelos (Org.). **Gestão do desenvolvimento local sustentável**. Recife: Editora Edupe. 2006. p. 17-37.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção primeiros passos; 95).

ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA ENTRE A COOPERATIVA AGRÍCOLA DE TIRIRI LTDA. E A EMPRESA SUAPE – COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO. Cabo: Pernambuco, 1980.

FRANCO, Augusto de. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. 2. ed. Brasília: Instituto de Política, 2000.

FREITAS, Zélia. **Lutas camponesas no Cabo**. In: ANPUH - XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Londrina, 2005. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1060.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HARVEY, David. **Condição Pós Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia?** 8ª reimpr da 14. ed. de 1994. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros passos; 48)

NOTARO, Tatiana. **Moradores de Suape no MCMV**. Folha de Pernambuco, Recife, 5 fev. 2015. Economia, p. 3.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 1999. (Repensando a Geografia).

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SUAPE COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO. **Histórico**. Disponível em: <[www.suape.pe.gov.br/institutional/historic.php](http://www.suape.pe.gov.br/institutional/historic.php)>. Acesso em: 11 de Jul. 2014.

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA E A COOPERATIVA AGRÍCOLA DE TIRIRI LTDA. Cabo: Pernambuco, 1973.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. 285 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A agricultura familiar no Brasil**: um espaço em construção. 1995. Mimeo.

Recebido em: 30/04/2015

Aceito em: 16/06/2015